

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

**FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE AOS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO
CEGO NO ENSINO REGULAR**

OLIVEIRA, Patricia de¹

Orientador: MARTINS, Alexandre Ribeiro²

RESUMO

Quando se pensa em uma pessoa cega, imagina-se uma pessoa, triste, sofrida, sem sentimentos e emoções, porém, ao contrário do que se pensa, uma pessoa cega, se estimulada desde pequena, pode-se desenvolver como qualquer outra pessoa, que também tem suas limitações. É preciso que seu processo de ensino-aprendizagem seja realizado de forma eficiente, por isso, é necessário que o professor esteja em constante atualização, que ele busque sempre novos conhecimentos, para que junto a escola e a comunidade possam fazer com que esse aluno se sinta parte da sociedade, criando sua própria identidade e autonomia. O apoio da família para essa inclusão é muito importante e necessário, pois, é primeiramente em casa que a pessoa cega terá os primeiros contatos com mundo externo, e cabe a família dar os primeiros ensinamentos, assim como acontece com qualquer outra pessoa. Antes de mais nada, para que a inclusão seja eficiente o cego precisa ser visto como qualquer outra pessoa, e não apenas por sua deficiência.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Inclusão. Formação Continuada.

1 INTRODUÇÃO

Ainda nos dias de hoje, as escolas do ensino regular enfrentam um grande desafio, que é a inclusão de alunos com deficiência, principalmente, a deficiência visual. É importante que as escolas possam contar com uma infraestrutura adequada para receber esses alunos. Outro fator agravante é a falta de preparo do professor para trabalhar com a inclusão do aluno deficiente visual. Por isso, é necessário saber quais as estratégias possíveis a serem adotadas para mudar as atitudes enquanto professor e gestor escolar.

¹ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

² Mestre em Filosofia pela PUCPR. Professor do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

Portanto, justifica-se esse artigo para encontrar a melhor forma de preparar o professor e a escola, para incluir o aluno com deficiência visual, dando a ele toda assistência e estrutura necessária. Porém, muitas vezes as escolas públicas não recebem verbas suficientes do governo, que é o órgão responsável em repassar as verbas aos órgãos competentes pela instituição, para que a mesma possa fazer essas adequações, e outras infelizmente acham que não é necessário fazê-las.

O professor precisa compreender a importância de conciliar a teoria e a prática, com isso, ele irá ganhar experiência e aprender por meio dos momentos em que ele atuar dentro da sala de aula, fazendo com que esse aluno se sinta inserido no meio escolar e na sociedade em que vive.

Partindo desse princípio, o seguinte artigo tem como problemática: Qual a importância da formação continuada do professor para a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular? Sendo assim, para responder a esta questão, tem-se como objetivo geral, refletir sobre a importância da formação continuada do professor para a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular. E, para que esse objetivo seja atingido, o seguinte artigo tem como objetivos específicos, descrever o que é deficiência visual e quais suas necessidades, compreender a importância da formação continuada do professor e relacionar a importância da escola inclusiva, para a inclusão do aluno cego no ensino regular.

Para a elaboração desse artigo, utilizou-se a metodologia bibliográfica e entrevistas, sendo essa elaborada em escolas da rede pública de ensino, com professores que lecionam da Educação Infantil ao Ensino Médio e também com pedagogos em processo final de formação inicial. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14), “a Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação”. Por isso, escolheu-se para trabalhar na fundamentação com livros tendo como principal os seguintes autores Amiralian (1997), Leite (1998), Mantoan (2008), Mantoan (2015) e Fávero (2008) além de ler diversos artigos científicos, dissertações e monografias que falam sobre o assunto pesquisado.

2 O DEFICIENTE VISUAL E SUAS NECESSIDADES

A formação da imagem visual acontece por meio de uma rede integrada e de uma estrutura complexa, da qual os olhos são apenas uma parte, que envolve aspectos fisiológicos, a função sensório-motora, perceptiva e psicológica. A capacidade que temos de ver e de interpretar as imagens depende fundamentalmente da função cerebral, a qual recebe,

decodifica, seleciona, armazena e associa essas imagens a experiências já vivenciadas (BRASIL, 2005).

Por isso, quando se pensa em uma pessoa cega, vem logo à cabeça a imagem de uma pessoa triste, sofrida, amargurada, que vive sempre em uma “escuridão”, pois, imagina-se que ser cego é como se fechasse os olhos e acabasse a luz, e assim não se veria mais nada³.

A visão é algo muito importante para nós, porque é por meio dela que conseguimos conhecer o mundo, por isso, é que se tem uma concepção errada a respeito do cego, pois, acha-se que a única maneira de ver e conhecer as coisas é por meio do olhar, devido a isso pensa-se que ele é uma pessoa pobre de desejos e emoções (AMIRALIAN, 1997).

Porém, para compreender o que é uma pessoa com deficiência visual, é necessário explicar o seu conceito. As pessoas consideradas com deficiência visual caracterizam-se por uma incapacidade ou limitação no ato de ver, como nos aponta o Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial,

Baixa Visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados. Cegueira é a perda total da visão, até a ausência de projeção de luz. Do ponto de vista educacional, deve-se evitar o conceito de cegueira legal (acuidade visual igual ou menor que 20/200 ou campo visual inferior a 20° no menor olho), utilizada apenas para fins sociais, pois não revelam o potencial visual útil para a execução de tarefas (BRASIL, 2005, p. 17).

Com isso, entende-se por deficiência visual uma impossibilidade total ou parcial da capacidade visual, consequência de alterações no globo ocular ou no sistema visual. Portanto, no grupo de pessoas com deficiência visual, são incluídos os cegos e os de baixa visão. Segundo Amiralian,

A característica específica da cegueira é a qualidade de apreensão do mundo externo. As pessoas cegas precisam utilizar-se de meios não usuais para estabelecerem relações com o mundo dos objetos, pessoas e coisas que as cercam: esta condição imposta pela ausência da visão se traduz em peculiar processo perceptivo, que se reflete na estruturação cognitiva e na organização e constituição do sujeito psicológico (AMIRALIAN, 1997, p. 21).

³ Até a década de 1970, os cegos eram classificados e indicados para aprenderem no método Braille, por meio de um diagnóstico oftalmológico, porém, notava-se que muitas crianças não tinham a necessidade de utilizar as mãos para ler o Braille, utilizavam somente a visão. Isso fez com que especialistas reformulassem o conceito de uma pessoa cega, passando então a considerar a forma de como ele aprende o mundo externo. Para saber mais a este respeito, sugerimos a leitura de Amiralian (1997), compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias.

Busca-se um equilíbrio entre as definições sobre o deficiente visual e a realidade em que ele está inserido, na visão da educação o deficiente visual tem uma definição diferente da visão dos especialistas, como nos aponta Halliday.

Do ponto de vista educacional a criança cega é atualmente considerada como a criança que aprende através do braile e de outros meios relacionados com pouca ou nenhuma visão residual. A criança com visão reduzida é aquela que tem visão útil para propósitos educacionais, sendo porém, limitada na extensão em que se fazem necessários alguns recursos especializados (HALLIDAY, 1975, p. 12).

Por meio de pesquisas, especialistas têm procurado compreender como essas pessoas com deficiência visual são capazes de aprender o mundo, a se movimentar em um espaço e, o mais importante de tudo, a se relacionar com a sociedade, pois, há uma falta de compreensão da sociedade a respeito do deficiente visual, acha-se que eles não atingem um nível alto em relação ao rendimento escolar, mas isso ocorre pelo fato de desconhecer as possibilidades que essas pessoas encontram para enfrentar esses obstáculos.

O cego observa o mundo externo por meio do tato, do olfato e da cinestesia⁴. Para que tenham uma aprendizagem da leitura e da escrita com qualidade, é necessário que seja desenvolvido a habilidade tátil, utilizando o método Braille, e, para que as situações de aprendizagem se concretizem, é preciso valorizar a estimulação, a iniciativa e a participação ativa dessas pessoas (SÁ, 2008).

Existem dois tipos de cegueira: a cegueira congênita e a cegueira adquirida. Os cegos congênitos são pessoas que nascem cegas ou adquirem-na até o primeiro ano de vida. Elas aprendem a lidar com a cegueira desde pequenas, o que torna mais fácil a aprendizagem para eles. Já a cegueira adquirida compreende pessoas que perdem a visão no decorrer da vida. Elas já tiveram um contato com o mundo externo, por meio da visão, e isso faz com que a adaptação para essa nova fase seja mais difícil.

As crianças que perdem a visão antes dos 5 anos de idade não gravam qualquer imagem visual, diferentemente das que perdem a visão após os 5 anos de idade, essas crianças guardam lembranças de imagens já visualizadas no mundo externo (AMIRALIAN, 1997).

A falta de visão na vida da pessoa cega precisa ser substituída por meio da percepção e de experiências não visuais, por isso, é necessário que elas tenham um contato físico maior com as pessoas e objetos, e é por intermédio da nossa fala que que elas começarão a conhecer

⁴ Cinestesia é o conjunto de sensações que torna possível perceber os movimentos musculares, causados pelos estímulos do próprio corpo, por isso, quando oferecemos ajuda a uma pessoa cega, devemos deixar que ele pegue no nosso braço, para que o mesmo consiga sentir o movimento feito pelo nosso corpo, e assim poder nos acompanhar (PRIBERAM, 2018).

as coisas. Sendo assim é preciso ter cuidado com o que se fala e como se fala, tornando-se assim um mediador do conhecimento para elas. A todo conhecimento por ela adquirido será atribuído um significado e um sentido que a mesma levará por toda a vida (SÁ, 2008).

O desenvolvimento de uma pessoa cega é bem diferente do desenvolvimento de uma pessoa que tenha uma visão saudável, pois, no início de nossas vidas a visão é extremamente importante, o primeiro contato visual da criança com a mãe, os objetos que são mostrados a ela, que para a criança cega ocorre de maneira diferente, ela só sentirá o carinho de sua mãe, apenas o seu toque, dos objetos ela só irá ouvir falar e poderá ter o contato somente com as mãos e com a boca, por isso, o estímulo a essas crianças nessa fase inicial, além de necessário é muito importante.

Em primeiro lugar, sabe-se que uma criança especial altera todo o equilíbrio familiar, pois, quando se descobre a gravidez, se imagina que tudo será perfeito e quando os pais recebem a notícia de que seu filho tem uma deficiência, tudo se torna mais difícil, pois, sabem dos obstáculos que irão enfrentar no dia-a-dia da criança, e isso os leva a ter depressão, sentimento de culpa e ansiedade, muitas vezes ocorre uma rejeição, uma superproteção ou a aceitação a esse filho, mas isso irá depender muito da personalidade e da compreensão desses pais.

Os primeiros anos de vida de uma criança cega são uma fase crítica para seu desenvolvimento, pois, quando ela nasce, a boca é o órgão dominante de procura e busca. Já no início da segunda fase, as mãos e os olhos se tornam preponderantes, e o uso das mãos passa a ser cada vez mais utilizado, e a visão se torna complementar para que ele possa conhecer o mundo externo (AMIRALIAN, 1997).

Ainda sobre a importância da utilização das mãos e da boca para o desenvolvimento de uma criança cega Fraiberg e Fredman, (1964 *apud* Amiralian 1997) diz,

A falha na aquisição da autonomia da mão e uma percepção centrada na boca são uma das características principais das crianças cegas com sérias perturbações de desenvolvimento. Embora grande parte das crianças cegas conserve a boca como um órgão importante de discriminações perceptivas por toda a vida, o uso de uma zona altamente carregada de força pulsional para a percepção traz implicações para a formação do ego. [...] permeando a boca como um órgão primário de percepção, restringe experiências com objetos e põe obstáculos ao desenvolvimento que conduz à descoberta da natureza desses objetos (FRAIBERG; FREDMAN, 1964 *apud* AMIRALIAN, 1997, p. 60).

Devido a isso, a criança cega tem um atraso no seu desenvolvimento motor, cognitivo e de aprendizagem em relação as outras crianças, pois, recebe menos estímulos durante essa

fase e não tem o contato visual com o mundo externo que é importante para seu desenvolvimento, por isso, é necessário a participação ativa dos pais nessa fase.

Toda experiência afeta a criança. Qualquer pessoa pode auxiliá-la a reter mais precisamente aquilo que aprendeu antes, pode abrir-lhe novos horizontes, encorajá-la e auxiliá-la a tornar-se a cada dia uma pessoa cheia de vida e mais feliz. De qualquer maneira, as crianças precisam ser auxiliadas a viver como pessoas receptivas, responsáveis, cordiais e crescentemente auto-suficientes (HALLIDAY, 1975, p. 16).

O deficiente visual é amparado pela a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que garante acessibilidade e integração na sociedade, na escola e no mercado de trabalho a toda pessoa com deficiência visual. No artigo 1º desta lei, ficam estabelecidas as normas gerais asseguradas aos portadores de deficiência visual que nos diz,

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade (BRASIL, 1989, p. 1).

Enquanto ao Poder Público e aos seus órgãos competentes cabe assegurar, aos portadores de deficiência visual seus direitos básicos, sendo os principais educação, saúde, trabalho, lazer e aposentadoria (BRASIL, 1989).

A seguir aponta-se os direitos assegurados pela Lei 7.853/89 no âmbito da educação,

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino (BRASIL, 1989, p. 1).

Por meio desses direitos amparados pela lei, a pessoa com deficiência visual tem direito a uma inclusão eficiente dentro da escola, podendo cursar os seus estudos no ensino regular, não precisando buscar acesso a escolas especializadas na sua deficiência.

2.1 A INCLUSÃO DO ALUNO CEGO NO ENSINO REGULAR

As pessoas com deficiência antigamente eram consideradas anormais e eram vistas com rejeição, discriminação e preconceito. Não se dava muita atenção a elas em nenhum aspecto, elas simplesmente não pertenciam aquela sociedade. Com o decorrer dos anos isso foi mudando, e foram criadas as primeiras Instituições especializadas no atendimento a pessoas com deficiência, as primeiras unidades foram fundadas em Paris (BRASIL, 2004).

Para o atendimento do cego, Valentin Haüy, fundou em 1784 o Instituto Real dos Jovens Cegos, que era destinado a leitura tátil, pelo sistema de letras em relevos. Em 1834, Louis Braille criou o sistema de leitura e escrita por caracteres em relevo, que foi nomeado como sistema Braille, dando oportunidade a perspectiva de comunicação, educação e independência para os cegos. No Brasil, a primeira instituição para cegos foi criada em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, localizado no Rio de Janeiro (BRASIL, 2004).

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, confere a todos o direito à educação pública e gratuita. A Declaração dos Direitos Humanos, ainda participou da criação dos serviços e das classes especiais no âmbito da educação. A Constituição Federal de 1988, assegura que,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; [...]

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988, p. 127-128).

A LDB 9.394/96 ainda assegura a todos os educandos com deficiência, serviço de apoio especializado na escola regular, esse atendimento ocorrerá em classes especiais, na escola ou em um atendimento especializado, tudo dependerá da necessidade do educando.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 19-20).

Todo aluno com deficiência, tem direito a educação no mesmo ambiente que qualquer outro aluno. Isso é necessário para que haja uma inclusão de qualidade, garantindo a eles igualdade aos demais alunos e assim contribuindo para o seu desempenho escolar e pessoal. Porém, a educação especial está acontecendo de duas formas, a educação especial segregada, que também é conhecida como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a educação especial inclusiva ou inclusão escolar. Para Fávero,

[...] o atendimento educacional especializado é o mais conhecido e utilizado. Ele baseia-se na organização de escolas separadas, chamadas de especiais ou especializadas, voltadas apenas para pessoas com deficiência, nas quais às vezes se pode até cursar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ou seja, substituem totalmente o acesso a uma escola comum. [...] inclusão escolar, ou seja, a frequência a um mesmo ambiente por alunos com e sem deficiência, entre outras características. [...] trata o atendimento educacional especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, [...] ambientes comuns de ensino em estabelecimentos oficiais (FÁVERO, 2008, p. 19-20).

Inclusão escolar é respeitar as diferenças. Quando se fala em inclusão é impossível deixar de lado o termo equidade, pois, todos temos oportunidades iguais, porém, precisa-se sempre levar em conta e respeitar as necessidades de cada um, até porque somos único. Segundo Retorta (2012, p.12) “na inclusão social, o objetivo maior não é de preparar para integrar, mas de incluir e transformar”. Por isso, é preciso que a escola se adeque ao aluno e não o aluno à escola. Inclusão é “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e,

simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 2002, p. 41 *apud* FILIETAZ, 2012, p. 29).

A inclusão é um processo gradativo, ele vai acontecendo aos poucos, porém, essa inclusão não depende somente de outras pessoas, dependerá muito do próprio deficiente, pois, o mesmo precisa estar disposto a enfrentar as barreiras e dificuldades que encontrará durante sua vida, para isso o apoio da família é essencial (MATIAS, 2012).

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, decreto 6.949/2009, assegura os direitos das pessoas portadoras de deficiência em todos os âmbitos, sabe-se que o preconceito para com essas pessoas é muito grande, pois, acha-se que elas são incapazes de desempenhar as coisas.

“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro (BRASIL, 2009, p. 3).

A pessoa com deficiência precisa ser independente, é necessário deixar que a mesma crie uma autonomia e consiga formar sua própria identidade, para que esta se sinta incluída na sociedade. A convivência com outras pessoas, traz confiança e demonstra a capacidade da pessoa com deficiência se sentir incluída, sem nenhum tipo de preconceito. Quando ela é incluída em todos os aspectos, percebe-se que uma pessoa com deficiência, “é apenas mais uma pessoa, assim como outra que tem diferenças e necessidades, mas que no fim busca o que todos querem, a sua felicidade” (MATIAS, 2012, p. 48).

Para que haja uma educação inclusiva é preciso que aconteça um processo de transformação na escola, tanto no aspecto físico quanto no didático-pedagógico, para que os educandos possam ter acesso e oportunidade educativa e social compatível com as suas diferenças pessoais.

A educação inclusiva está sendo vista de forma inovadora, em que ressalta a qualidade do ensino para todos. A escola, os professores e os demais funcionários precisam se adaptar e se aperfeiçoar a essas mudanças, para que junto ao aluno com deficiência possam superar as barreiras impostas durante seu dia-a-dia. O Decreto 6.949/2009 assegura no artigo 24,

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:
a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência (BRASIL, 2009, p. 11).

Ainda no artigo 24 o Decreto 6.949/2009, ressalta-se a importância da escola, professores, alunos e funcionários se adequarem as mudanças necessárias, para incluir esses alunos com eficiência. Tendo a disposição dos mesmos, todo o material necessário para seu processo de ensino-aprendizagem.

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:
 - a) Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares; [...]
 - c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.
4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência (BRASIL, 2009, p. 11).

A criança com necessidade especial, quando inserida na escola cedo, tem possibilidades maiores de contato social, pois, as experiências com o mundo externo são muito grandes, e essa convivência no meio social é essencial para sua vida. Mazzilo (2009, p. 17) aponta que “como todo ser humano, a possibilidade de acesso ao conhecimento da cultura universal contribuirá para que suas habilidades e aptidões sejam desenvolvidas”. Com isso, o portador de deficiência alcançara os princípios de justiça e igualdade aos demais. É preciso entender que o processo de ensino-aprendizagem, parte da interação que temos com o nosso meio social, ninguém aprende sozinho e por isso, a equidade é essencial no processo de inclusão.

Como foi visto até aqui, todo deficiente consegue aprender e interagir com o meio social, só precisam ser aceitos por todos. Com o cego não é diferente, ele também precisa dessa interação, para o seu processo de ensino-aprendizagem, nesse caso, a interação com o meio e as experiências com o mundo externo é ainda mais importante, pois, os mesmos dependem do que lhes é falado, para compreender as coisas. Para isso, é necessário ter profissionais da educação comprometidos e capacitados, assim, desempenhando um trabalho inclusivo de qualidade e dando aos cegos oportunidades dignas.

A deficiência visual não pode ser vista como uma barreira que separa o homem do mundo, mas sim, como uma oportunidade de mostrar que existem outros sentidos

prontos para serem usados, e que por comodidade, quando se tem a visão, acabam não tendo sua função plenamente exercida (SANTOS, 2009, p. 89)

É preciso que os cegos tenham contato com todos os tipos de pessoas, pois, todos precisam aprender a conviver com o novo, com as diferenças e com as limitações, pois, sabe-se que toda pessoa tem algum tipo de limitação, sendo ela deficiente ou não. É essencial que as barreiras impostas pela sociedade sejam superadas, dando suporte ao cego, para que eles vençam os desafios que a vida oferece, e mostrar que sua deficiência não é nada diante de sua força de vontade. “Porém, todo esforço dos alunos com deficiência visual será pouco se não houver educadores preparados para receber em suas salas de aulas crianças com tais necessidades” (SANTOS, 2009, p. 89).

A inclusão do cego no ensino regular depende do comprometimento e da conscientização dos pais, dos educadores, da sociedade e do Estado, para que possam transformar sonhos em realidades e, assim, tendo sucesso no processo de ensino-aprendizagem do aluno e participação no processo de sua identidade e autonomia para enfrentar os desafios do dia-a-dia.

2.2 ESCOLA INCLUSIVA: A INCLUSÃO DO CEGO NO ENSINO REGULAR

A escola ainda é vista como um espaço para a formação de cidadãos, sejam eles formados para o mercado do trabalho ou para o nível escolar seguinte, e infelizmente não é vista como o foco da gestão e da política educacional. Portanto, o papel da escola não é apenas o de ensinar a conviver em sociedade, mas também tem como objetivo transmitir e ensinar conhecimentos necessários para a vida.

Se toda comunidade política se caracteriza pela coexistência de várias tradições, a escolaridade tem significado particular. A *escola*, de fato, *institui a cidadania*. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (CANIVEZ, 1991, p. 33 *apud* VIEIRA, 2001, p. 130, grifo do autor).

Com isso, uma escola inclusiva pode proporcionar aos seus alunos mecanismos pelos quais o mesmo aprenda, adquira novos conhecimentos, desenvolva suas competências e habilidades, ou seja, promova a aprendizagem do seu educando. “Não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos” (MARTINS, 2012, p. 35).

A escola tem como objetivo estabelecer cenários políticos e pedagógicos permitindo o acesso ao conhecimento para todos. Portanto, é preciso buscar uma escola concreta, em que frequentem alunos, professores e os demais profissionais da escola, em que tenha como finalidade o princípio ético da inclusão escolar para todos (JESUS; EFFGEN, 2012).

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva (MEIRIEU, 2005, p. 44 *apud* JESUS; EFFGEN, 2012, p. 19).

A inclusão chega às escolas com o intuito de reestruturá-las e modernizá-las. Isso faz com que as escolas sejam democráticas, ou seja, elas contam com a participação de professores, funcionários, alunos, família e comunidade no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, para que a escola seja inclusiva, ela precisa passar por mudanças, é necessário que ela junto com os professores se adequem aos seus alunos e a realidade em que os mesmos estão inseridos, como nos afirma Mantoan (2015, p. 64), “mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado é encarar a escola real. Esse é o nosso alvo e o grande problema da educação destes novos tempos”.

Para isso, a escola precisa reorganizar seu modelo educativo, abrindo espaços para conversas, ouvindo as opiniões e sugestões de todos os envolvidos com ela, garantir um ensino de qualidade a todos e investir e incentivar a formação continuada dos professores, que são uma das peças-chave da escola para que a inclusão aconteça com eficiência.

Também é necessário que a escola tenha uma estrutura física e pedagógica adequada para receber os seus alunos e em especial os alunos com deficiência. A respeito do aluno cego é preciso um tempo para que ele se adapte ao espaço físico em que ele está inserido, por isso, é necessário manter o ambiente sempre do mesmo jeito. Quando necessário fazer alguma modificação, esta deve ser avisada com antecedência a esse aluno, pois, o mesmo pode se bater e machucar, e isso se torna constrangedor a ele. Outra coisa importante é o material pedagógico que ele irá precisar, cabe a escola disponibilizar esses materiais e quando necessário o professor pode criar modelos com matérias disponíveis na escola, para que o conteúdo ensinado tenha grande significado ao aluno (BRASIL, 2007).

Assim a escola será inclusiva, pois, atenderá a todos os alunos envolvidos, tornando-se uma escola de qualidade, em que prática a cidadania e considera todas as diferenças nela existente, com isso, pode ser considerada uma escola regular de todos.

3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

A sala de aula é o meio pelo qual se consegue enxergar as crises educacionais. É aqui que o ensino pode tornar-se de qualidade ou não. A maior dificuldade que o professor enfrenta dentro da sala de aula é a diferença que existe entre os alunos, e nem todos aprendem do mesmo jeito. Cabe ao professor encontrar maneiras diversificadas de ensino, para que todos os alunos alcancem o processo de ensino-aprendizagem com êxito.

Quando se entra em uma sala de aula, tem que partir do princípio de que toda criança já sabe alguma coisa, e que todos podem aprender no seu tempo e do seu jeito, o professor precisa buscar todos os meios possíveis para ensinar essas crianças, ele não pode desistir jamais desse processo de ensino-aprendizagem, pois, com isso, ajudará a criança a superar os obstáculos impostos no dia-a-dia (MANTOAN, 2008).

Para que o processo de ensino tenha sucesso, o professor precisa deixar de lado o ensino tradicional, ele precisa inovar a forma de ensinar, tornando suas aulas mais atrativas e interessantes aos alunos. Outro fator importante ao professor é a inclusão dos alunos na sala de aula, cabe a ele trabalhar em conjunto com a escola e com os alunos a questão da diferença, assim conseguindo obter um ensino de qualidade a todos.

O professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele partilha **com** seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula; trata-se de um profissional que reúne humildade com empenho e competência para ensinar (MANTOAN, 2008, p. 65, grifo do autor).

Quando o professor participa ativamente no processo de ensino de seus alunos, ele consegue perceber as dificuldades enfrentadas por cada um e, com isso, procura encontrar possibilidades para que o aluno siga o melhor caminho de aprendizagem, e que tudo isso faça sentido e tenha um significado para ele.

Porém, quando se fala da inclusão das crianças no ensino regular, encontra-se por parte dos professores certa dificuldade de lidar com a nova situação que se apresenta. É comum ouvir de professores que eles não foram preparados para isto ou não fizeram esta opção durante seu curso de formação. Vários estudos têm mostrado que esses professores não estão recebendo a formação e o preparo suficiente para enfrentar esses desafios no ensino regular. Como afirma Tedesco,

A formação inicial do professor se apresenta de forma insuficiente e aligeirada, não sendo capaz de suprir os desafios da formação docente diante do novo contexto que exige dos profissionais uma série de capacidades e habilidades (pensamento sistemático, criatividade, solidariedade, habilidade de resolver problemas, trabalho

em equipe, dentre outros) que não estavam presentes nos cursos de formação (TEDESCO, 1998 *apud* LEITE, 2008, p. 29).

Este fato do professor alegar despreparo para atuar com pessoas deficientes já se constitui em barreira à inclusão. Ao que parece, o medo dos professores, está ligado à ausência do conhecimento necessário para lidar com as limitações, o que gera, no professor, resistência ou rejeição em relação a inclusão.

Para entender um pouco mais a respeito da importância da formação continuada do professor para essa inclusão, foram elaboradas entrevistas com alunos em processo de formação no curso de Pedagogia do 8^a período e com professores da rede pública de ensino.

Primeiramente, serão apresentados os dados da pesquisa feita com pedagogos em processo de formação do 8^o período. A pesquisa foi feita por meio de 3 perguntas, sendo a primeira: durante o seu processo acadêmico, quanto você foi preparado para a inclusão na educação de alunos cegos?

Dos alunos entrevistados, 100% responderam que durante seu processo acadêmico, pouco se falou na educação de alunos cegos e, conseqüentemente, foram pouco preparados para a inclusão desse aluno. No gráfico abaixo, pode-se ter uma melhor visualização dessa pergunta.



Gráfico 1 – Pedagogos em processo de formação
Fonte: a autora, 2018.

A segunda pergunta procurou mapear o que o aluno sabia a respeito da inclusão. A pergunta foi a seguinte: quanto você considera que sabe a respeito da inclusão? Dos alunos entrevistados 64% responderam que sabem pouco sobre a inclusão e 36% responderam que sabem o suficiente a respeito da inclusão. O gráfico a seguir nos mostra esses dados.



Gráfico 2 - Pedagogos em processo de formação.
Fonte: a autora, 2018.

Porém, na terceira pergunta, o aluno teve a oportunidade de falar um pouco a respeito do que sabe sobre a inclusão. Essa será apresentada com uma formatação diferenciada (itálico), para diferenciá-las das citações longas. A pergunta era a seguinte: O que é inclusão para você? Por meio dessa pergunta, consegue-se observar que alguns alunos entendem do assunto, porém, de forma superficial, outros nem tanto, como pode ser visto a seguir na resposta de três entrevistados que dizem saber pouco sobre a inclusão, porém, na hora de escrever a respeito do que é, pode-se perceber eles sabem sobre o assunto, mas não se sentem preparados o suficiente para a inclusão desse aluno na sala de aula.

Inclusão para mim é a pessoa com qualquer tipo de deficiência que é incluída no meio social, não de forma artificial, mas sim de forma integral, em que este consegue agir no seu meio de convívio de forma ativa e transformadora (ENTREVISTADO 1).

O entrevistado 4 segue o mesmo conceito do entrevistado 1, como se pode ver na fala dele a seguir,

É fazer que a pessoa portadora de deficiência faça parte de um grupo de forma integral, sendo respeitado as suas particularidades, fazendo com que ele se sinta parte do grupo em que está inserido (ENTREVISTADO 4).

Contudo, a inclusão não é apenas para pessoas com deficiência, mas sim para qualquer pessoa pois, como já foi dito, somos únicos e todos nós temos alguma necessidade, que precisa ser respeitada por todos.

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela não está limitada a inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente

excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular (MACHADO, 2008, p. 69).

O entrevistado 5 fala da importância de adaptar o ambiente escolar ao aluno, entretanto, é necessária uma adaptação da escola toda. Ele nos diz

Inclusão é adaptar o ambiente a necessidade do aluno, seja ele especial ou não, ou seja, é necessário incluir de um modo geral desde a deficiência/ dificuldade, até a raça, cultura e etc. (ENTREVISTADO 5).

Além da adaptação do ambiente, é preciso que o professor e os alunos também de adaptem a essas mudanças, como já citado no capítulo anterior, “na inclusão social, o objetivo maior não é de preparar para integrar, mas de incluir e transformar” (RETORTA, 2012, p. 12).

Para que aconteça uma inclusão de qualidade, o professor precisa rever suas práticas de ensino, buscando atividades diferenciadas, dando voz aos seus alunos, buscando saber o que lhes interessa, assim trazendo o aluno para junto dele. A deficiência de um aluno não pode ser motivo para o professor deixar de se empenhar e proporcionar a ele um ensino de qualidade, pois, o mesmo não precisa ser ensinado de forma individualizada, com atividades adaptadas somente para ele, pois, desta forma se sentirá excluído dos demais alunos.

O entrevistado 2 diz que a “*inclusão é quando a criança tem alguma deficiência, é acolher todas as pessoas, sem exceção no sistema de ensino*”, porém, inclusão não é só para pessoas com deficiência, temos que incluir todos de maneira igual, e não é necessário apenas acolher esse aluno, além desse acolhimento, temos que nos adaptar as suas necessidades e inserir ele em um todo, fazendo com que ele se sinta parte daquele ambiente e que saiba enfrentar os obstáculos que encontrará no seu dia-a-dia.

Outro entrevistado seguiu a mesma linha de pensamento do entrevistado 2. O entrevistado 3 diz que a inclusão é “*acolher todas as pessoas sem exceção, independente de cor, condições físicas e classe social*”. A diferença entre os dois entrevistados é que o terceiro entrevistado entende que a inclusão é para todos, porém, considera que apenas acolher já basta, e sabe-se que isso não é o suficiente.

Dois entrevistados falam da inclusão no ensino regular, porém, consideram que sabem pouco a respeito da inclusão, e pode-se observar isso, por meio de suas respostas a respeito do conceito. O entrevistado 6 diz que, “*a inclusão é inserir um aluno com alguma deficiência física ou mental no ensino regular, para que possa se socializar e se incluir na sociedade*”, já o entrevistado 7 diz que inclusão é, “*a criança com necessidades especiais que frequenta uma instituição escolar regular*”. Sabe-se, que toda criança tem direito a frequentar o ensino regular, mas é preciso que o professor juntamente com a turma e a escola, realizem o processo

de inclusão desse aluno, porque não basta apenas inserir ele em uma sala regular, se não for feito um processo de inclusão de qualidade, em que tenha a participação de todos.

Outros entrevistados consideram que sabem o suficiente sobre a inclusão, porém, nas falas a seguir, pode-se perceber que apenas esse conhecimento demonstrado não é suficiente para uma inclusão de qualidade.

Incluir é dar a oportunidade de o aluno especial estudar na escola regular, e de estar inserido na sociedade. É respeitar o diferente, e buscar entender qual a dificuldade do indivíduo e assim ajudar para uma inclusão eficiente (ENTREVISTADO 8).

É incluir alunos com deficiência, adequando atividades para eles, é mostrar para os colegas e explicar que eles têm diferenças, mas são capazes tanto quanto os outros (ENTREVISTADO 9).

O que foi dito pelos entrevistados não está errado, mas apenas fazem parte do processo de inclusão, é preciso fazer bem mais para incluir de forma eficiente. Quando se fala em educação, o dia-a-dia da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos. Para isso é importante que o professor esteja sempre em um processo constante de atualização de conhecimentos e que ele busque sempre novas práticas de ensino.

Outro entrevistado diz que sabe o suficiente, porém, quando observado a fala do mesmo, nota-se que esse conhecimento pode ser considerado como pouco a respeito da inclusão.

A inclusão é a aceitação de alunos, com diferentes problemas, caracterizados como alunos com problemas especiais, exemplo: problemas auditivos, físicos, mental e cognitivos. Incluindo esses alunos especiais em escolas de ensino regular, possibilitando uma vivência desses alunos especiais com esses alunos do ensino regular (ENTREVISTADO 10).

Já o entrevistado 11 diz que sabe o suficiente a respeito da inclusão, porém, considera que a mesma não acontece, vejamos a resposta dele.

Inclusão para mim não existe, porque as escolas e principalmente os professores não estão preparados para incluir um aluno com alguma deficiência em sala de aula. A inclusão é muito maquiada no nosso país, ou seja, é muito bonita no papel, mas na prática é feia e não funciona (ENTREVISTADO 11).

Pode-se observar a necessidade da formação continuada do professor, pois, durante o processo de formação não é visto o suficiente sobre o assunto inclusão, é visto de forma aligeirada e cabe ao professor buscar esse conhecimento, por meio de atualizações e qualificações.

Para ser capaz de organizar situações de ensino e gestar o espaço da sala de aula com o intuito de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela instituição escolar, este professor deve ter consciência de que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma pedagogia de atenção à diversidade (FIGUEIREDO, 2008, p. 142).

Durante o processo de inclusão o professor irá aumentar suas experiências, devido às práticas vivenciadas em sala de aula. Com isso, a formação continuada lhe atribuirá muito, pois, ele fará a junção dos conhecimentos já adquiridos, das práticas escolares e desses novos conhecimentos, assim trazendo para o aluno diversas práticas de ensino.

Buscou-se também realizar uma pesquisa com professores da rede pública de ensino, que lecionam da Educação Infantil até o Ensino Médio, afim de observar seu preparo para a inclusão de alunos na educação e a importância da formação continuada, durante sua docência. A primeira pergunta feita a esses professores foi a seguinte: durante a sua docência, quanto você recebeu de formação para tratar da inclusão na educação?

Dos professores entrevistados 80% responderam que foram pouco preparados e 20% responderam que foram preparados o suficiente para trabalhar a inclusão na educação, durante seu processo de formação. Os dados podem ser vistos no gráfico a seguir.

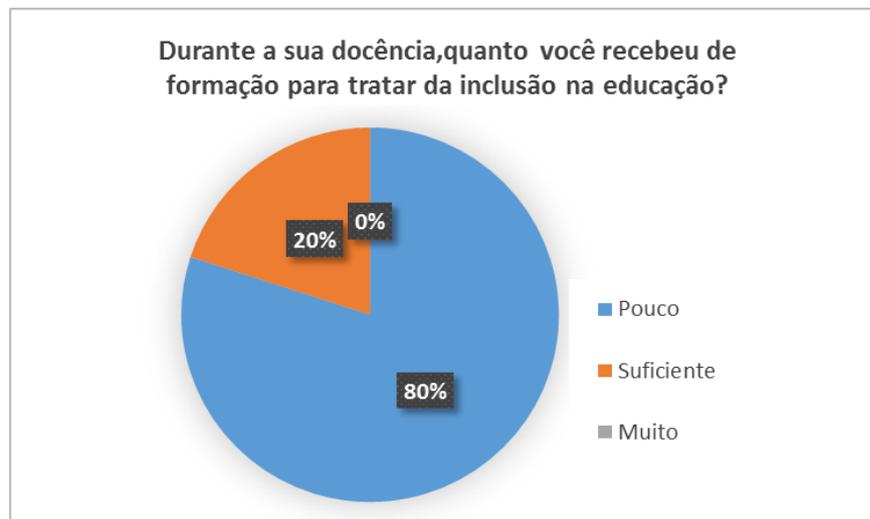


Gráfico 3 - Professores da rede pública de ensino.
Fonte: a autora, 2018.

A segunda pergunta feita aos professores foi: quantos cursos de formação você faz por ano? 40% respondeu que faz apenas 2 cursos por ano, 30% respondeu que faz 4 cursos por ano e 30% respondeu que faz mais de 4 cursos por ano, porém, sabe-se da importância de o professor estar sempre se atualizando, principalmente quando se trata do assunto inclusão, pois, temos que buscar sempre a melhor forma de incluir esses alunos com qualidade. Ferreira afirma,

Feliz os seres humanos que tiverem a capacidade e a possibilidade de usar sua força motriz para participar da construção humana do mundo, vivendo profundamente todas as questões que a vida desafia, tornando este mundo mais justo e humano (FERREIRA, 2007, p. 19).

Hoje se vive em um mundo globalizado, com uma diversidade muito grande dentro da sala de aula, e cabe ao professor tomar a melhor decisão e encontrar a melhor maneira de se trabalhar em meio a esta diversidade, tornando o ensino de qualidade e acessível a todos, por isso, é importante que haja uma busca constante pela formação continuada.

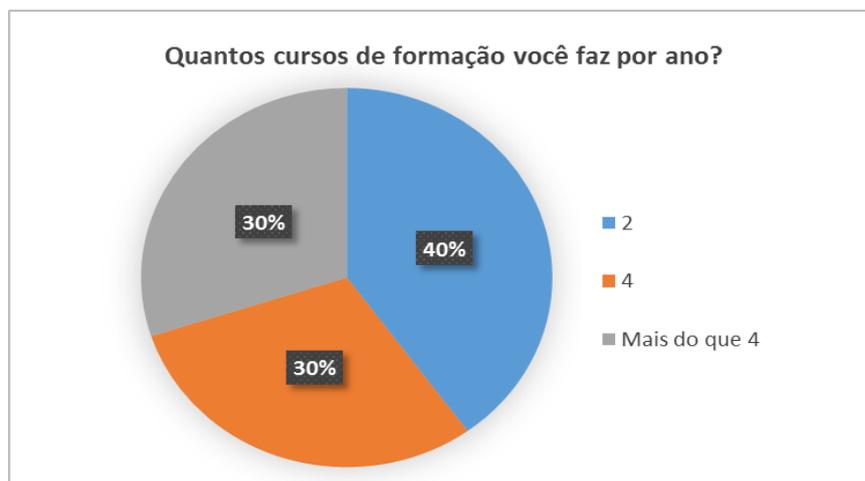


Gráfico 4 - Professores da rede pública de ensino.
Fonte: a autora, 2018.

De acordo com a Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE), na meta 16, que fala da formação continuada e pós-graduação de professores, que devem ser cumpridas até o último ano de vigência deste PNE, que é em 2024, em que pretende formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Porém, de acordo com alguns dados encontrados no observatório⁵ do PNE, em 2016 somente 34,6% dos professores tinham pós-graduação e 33,3% fizeram algum curso de formação continuada.

⁵ Para maiores informações sobre a Meta 16 – Formação continuada e pós-graduação de professores, do Plano Nacional de Educação, poderá ser acessado o seguinte link: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/16-professores-pos-graduados>.



Figura 1 - Plano Nacional da Educação: Meta 16
Fonte: BRASIL. MEC. Observatório do PNE, 2018.

Na sequência foi feita uma terceira pergunta, na qual dizia: qual a maior dificuldade encontrada pelo professor para realizar os cursos de formação? 9% responderam ser pela questão dos salários baixos, 46% responderam ser por falta de tempo e 45% responderam ser por outros motivos. Com isso, surge as perguntas: quais seriam esses outros motivos? Será que é pelo horário dos cursos? Será que é falta de interesse por parte do professor? Será que não são ofertados muitos cursos de formação, sejam eles estaduais ou municipais? Vejamos as informações no gráfico a seguir.

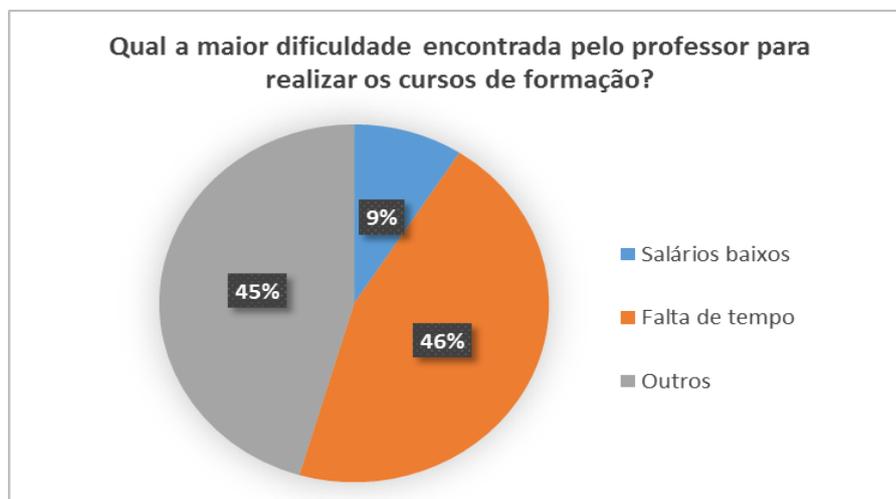


Gráfico 5 - Professores da rede pública de ensino.
Fonte: a autora, 2018.

E, para finalizar nossa pesquisa, foi perguntado aos professores: quanto ele se considera preparado para a inclusão do aluno cego? As respostas não foram muito surpreendentes, 100% disse ser pouco preparado para a inclusão desses alunos.

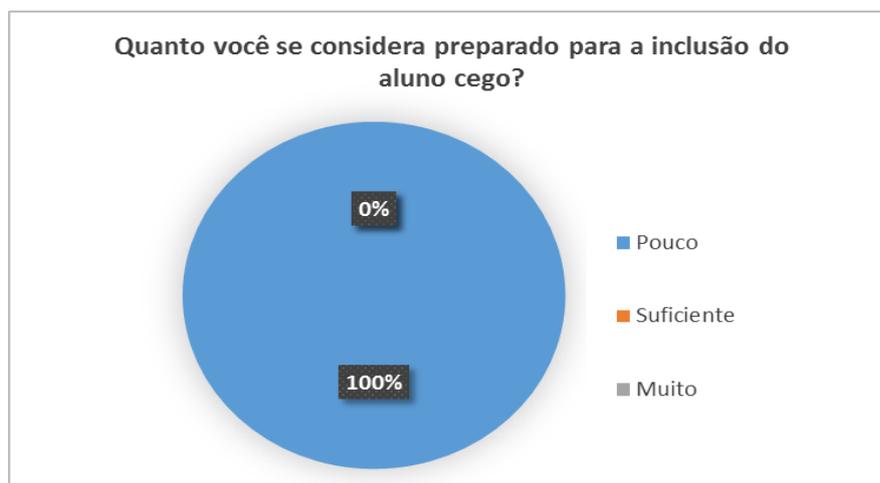


Gráfico 6 - Professores da rede pública de ensino.
Fonte: a autora, 2018.

Portanto, o professor tem um papel fundamental na escola, suas atitudes determinarão a qualidade da interação nas situações de ensino. Cabe a ele decidir quais as expectativas de aprendizado esperadas na inclusão do aluno com deficiência, e influenciar a maneira como os demais alunos irão interagir com esse colega, por isso, volta-se a falar na importância da formação continuada do professor, pois, a formação de professores, não se esgota na fase inicial, ou seja, durante seu processo de formação acadêmica, por mais completa e que essa tenha sido. É preciso aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos professores, nas escolas regulares, e ela acontece por meio da formação continuada, principalmente com a diversidade existente em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se da importância de incluir o cego na sociedade, de dar a ele a oportunidade de criar sua própria identidade e autonomia, para isso em primeiro lugar a família é a base para que isso aconteça com eficiência, pois, a mesma precisa estar junto com ele em todos os momentos e em todos os obstáculos que ele irá enfrentar, pois, sabe-se que o preconceito é muito grande, por isso, é necessário que seja feito um trabalho desde cedo, para que ele saiba lidar, e enfrente esses problemas do dia-a-dia.

Na fase escolar o aluno cego ainda continua encontrando barreiras, as quais precisam ser superadas. Nesse processo além da família, a escola e o professor são essenciais para que ele possa continuar seu processo de ensino-aprendizagem. Na pesquisa de campo elaborada neste artigo, pôde-se perceber que os professores que já estão lecionando e os que estão em processo de formação, não são preparados o suficiente para trabalhar com o processo de inclusão destes alunos.

Porém, sabe-se que o professor é a peça principal no processo de inclusão do aluno, pois, dependerá do seu comprometimento com os alunos e com a escola para que esse processo tenha sucesso, o professor precisa antes de mais nada ter amor ao que faz, assim nada será um obstáculo para ele. A escola e a comunidade escolar são outros fatores importantes neste processo de inclusão, porque o professor precisa do amparo e da ajuda dos mesmos para desempenhar o seu trabalho com eficiência. Paulo Freire nos deixa uma mensagem muito importante do ser professor,

Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com o que faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, ao seu saber de “experiência feita” que busco superar com ele. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço (FREIRE, 1996, p. 103).

Então, conclui-se que não se pode usar como desculpa a falta de estrutura da escola, a falta de preparo do professor ou a falta de verba destinado a eles. Sabe-se que tudo isso é real, mas quando se sente prazer em exercer a função escolhida, não há obstáculos no caminho que faça agir diferente, cabe ao professor, a escola e a comunidade trabalhar de forma conjunta e oferecer sempre o melhor ensino aos seus alunos, mostrando a eles a real importância do conhecimento e que somos todos diferentes, porém, todos seres humanos, cada um com a sua capacidade e vontade de aprender e também com suas limitações, porém, acima de tudo isso devemos sempre respeitar o próximo.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Apoio às pessoas portadoras de deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 6 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. MEC/SEESP, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf. Acesso: 23 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>. Acesso: 30 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**. MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso: 30 mar. 2018.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. A educação especial e a educação inclusiva no cenário brasileiro: contextualização do problema. In: DELOU, Cristina Maria Carvalho et al. (Org.) **Educação inclusiva**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Alunos com deficiência e seu direito à educação: Trata-se de uma educação especial? In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Formação continuada e gestão da educação no contexto da “cultura globalizada”. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FILIETAZ, Marta Rejane Proença. Inclusão em conceitos. In: MOHR, Allan Martins et al. (Org.). **Pensando a Inclusão**. Curitiba: UTFPR, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 31ª ed., 2015.

HALLIDAY, Carol. **Crescimento, aprendizagem e desenvolvimento da criança visualmente incapacitada do nascimento à idade escolar**. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, 1975.

JESUS, Denise Meyrelles de; EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Formação de professores: caminhos e descaminhos da prática**. Brasília: Líber Livro, 2008.

MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MATIAS, Denis Hattori. A inclusão por seus próprios sujeitos: a inclusão da pessoa com deficiência. In: MOHR, Allan Martins et al. (Org.). **Pensando a Inclusão**. Curitiba: UTFPR, 2012.

MAZZILO, Ida Beatriz Costa Velho. Inclusão escolar: dissonâncias entre teoria e prática. In: DELOU, Cristina Maria Carvalho et al. (Org.) **Educação inclusiva**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009.

PNE, Observatório do. **Meta 16 – Formação continuada e pós-graduação de professores**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/16-professores-pos-graduados>. Acesso em: 21 mai. 2018.

PRIBERAM, Dicionário. **Cinestesia**. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/cinestesia>. Acesso em: 4 abr. 2018.

RETORTA, Miriam Sester. Inclusão social/escolar. In: MOHR, Allan Martins et al. (Org.). **Pensando a Inclusão**. Curitiba: UTFPR, 2012.

SÁ, Elizabete Dias de. Atendimento educacional especializado para alunos cegos e com baixa visão. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Fabiana. A inclusão do deficiente visual na escola regular: um espaço a ser conquistado. In: DELOU, Cristina Maria Carvalho. et al. (Org.) **Educação inclusiva**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009.

SANTOS, Fabiana. Deficiência visual: conceitos e orientações. In: DELOU, Cristina Maria Carvalho. et al. (Org.) **Educação inclusiva**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. Inclusão escolar: desafios e perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Escola – Função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.